

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações contábeis

de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2015

e relatório dos auditores independentes

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em milhares de reais

Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	48.239	50.136	Fornecedores (Nota 16)	307.760	330.565
Contas a receber de clientes (Nota 8)	446.190	454.322	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	333.834	129.804
Tributos a recuperar (Nota 9)	40.666	21.492	Concessão a pagar (Nota 18)	50.830	50.830
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.702	2.002	Obrigações trabalhistas	7.746	7.374
Adiantamentos a fornecedores	463	1.349	Tributos a recolher (Nota 19)	68.957	97.033
Cessão de crédito	2.088	4.083	Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	1.122	12.138
Demais contas a receber (Nota 12)	2.283	2.327	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	10.045	579
Estoques	1.846	1.682	Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 21.2 (c))	73.759	85.191
Despesas antecipadas	421	577	Demais contas a pagar (Nota 27.4)	8.188	25.359
	<u>543.898</u>	<u>537.970</u>		<u>862.241</u>	<u>738.873</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	543.744	604.484
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	93.179	93.494	Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	104.079	104.755
Tributos a recuperar (Nota 09)	24.564	23.601	Provisão para contingências (Nota 23)	75.808	78.193
Demais contas a receber (Nota 12)	478	15.139	Concessão a pagar (Nota 18)	-	50.830
Depósitos judiciais (Nota 13)	102.941	95.527		<u>723.631</u>	<u>838.262</u>
Outros realizáveis a longo prazo	3.933	229			
	<u>225.095</u>	<u>227.990</u>	Total do passivo	<u>1.585.872</u>	<u>1.577.135</u>
Investimentos	380	380			
Intangível (Nota 15)	1.870.892	1.705.918	Patrimônio líquido (Nota 22)		
Diferido (Nota 15)	19.517	43.711	Capital social	442.830	362.586
	<u>2.115.884</u>	<u>1.977.999</u>	Reserva de capital	2.194	2.194
			Reservas de lucros	653.464	598.322
			Ajuste de avaliação patrimonial	(24.578)	(24.268)
				<u>1.073.910</u>	<u>938.834</u>
			Total do patrimônio líquido		
Total do ativo	<u>2.659.782</u>	<u>2.515.969</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.659.782</u>	<u>2.515.969</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Receita líquida (Nota 25)	3.728.091	3.524.104
Custo do serviço (Nota 26)	(2.800.907)	(2.601.949)
Lucro bruto	927.184	922.155
Despesas gerais e administrativas (Nota 28)	(393.289)	(364.483)
Outras receitas, líquidas (Nota 29)	(16.276)	(26.166)
Lucro operacional	517.619	531.506
Resultado financeiro, líquido (Nota 30)	(101.419)	(59.162)
Receitas financeiras	26.096	26.930
Despesas financeiras	(127.515)	(86.092)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	416.200	472.344
Imposto de renda e contribuição social - Corrente (Nota 20 e 10)	(131.334)	(152.841)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido (Nota 20 e 10)	(474)	1.425
Lucro (prejuízo) do exercício	284.392	320.928
Quantidade de ações em circulação	51.927.546	51.927.546
Lucro básico por ação	5,48	6,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>284.392</u>	<u>320.928</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(Perda) atuarial de fundo de pensão (Nota 22)	<u>310</u>	<u>6.951</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>310</u>	<u>6.951</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>284.702</u>	<u>327.879</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 22.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
Em 31 de dezembro de 2013	362.343	2.194	72.468	290.362	255.578	-	(31.219)	951.724
Aumento de Capital	243	-	-	(243)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	320.928	-	320.928
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(255.579)	-	-	(255.579)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	6.951	6.951
Reserva legal	-	-	49	-	-	(49)	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,7001 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(36.356)	-	(36.356)
Dividendos propostos (R\$ 4,6345 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(48.834)	-	(48.834)
Dividendos adicionais sujeito a aprovação	-	-	-	-	235.689	(235.689)	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	362.586	2.194	72.517	290.119	235.688	-	(24.268)	938.834
Aumento de Capital	80.244	-	-	(80.244)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(75.250)	-	-	(75.250)
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	160.440	(160.440)	-	-	0
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	284.392	-	284.392
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(310)	(310)
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	14.220	-	-	(14.220)	-	0
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,87534 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(45.453)	-	(45.453)
Dividendos propostos (R\$ 3,9023 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(28.305)	-	(28.305)
Dividendos adicionais sujeito a aprovação	-	-	-	-	196.414	(196.414)	-	0
Em 31 de Dezembro de 2015	442.830	2.194	86.737	370.315	196.413	-	(24.578)	1.073.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 Em milhares de reais

	2015	2014 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	416.200	472.343
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	108.572	99.299
Juros , lof, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	101.921	52.439
Contingências	(2.385)	7.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.419	4.857
	627.727	636.118
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	4.713	(101.216)
Tributos a recuperar e diferidos	145.418	184.467
Estoques	(164)	(427)
Cessão de crédito	1.995	(1.799)
Outros ativos	4.631	(9.932)
Concessão a pagar	(50.830)	101.660
Fornecedores	28.025	(18.902)
Obrigações Trabalhistas	372	417
Tributos a recolher	(158.640)	(172.358)
Partes relacionadas	9.766	200
Obrigações com fundo de pensão	(12.002)	(12.556)
Outros passivos	(17.172)	(24.933)
Caixa proveniente das operações	583.839	580.739
Juros pagos	(81.584)	(39.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(165.240)	(172.931)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	337.015	363.473
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(300.223)	(276.860)
Recebimento de venda de ativo intangível	41	10
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(300.182)	(276.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(57.047)	(67.477)
Ingressos de empréstimo	180.000	310.000
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(155.468)	(335.801)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(6.215)	(4.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(38.731)	(93.278)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(1.897)	(6.655)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.136	56.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.239	50.136
Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa (Nota 18)	50.830	101.660

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.269.995	4.044.338
Outras receitas operacionais	1.933	1.118
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(8.039)	(7.199)
	<u>4.263.889</u>	<u>4.038.257</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(2.781.303)	(2.583.997)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(533.252)	(484.701)
	<u>(3.314.555)</u>	<u>(3.068.698)</u>
Valor adicionado bruto	<u>949.334</u>	<u>969.559</u>
Retenções		
Amortização	(108.572)	(99.299)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>840.762</u>	<u>870.264</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.095	26.930
Valor adicionado total a distribuir	<u>866.857</u>	<u>897.194</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	63.523	58.905
Benefícios	18.315	15.558
Honorários da diretoria	4.319	3.905
	<u>86.157</u>	<u>78.368</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	229.548	258.451
Estaduais	126.533	141.941
Municipais	2.224	1.869
	<u>358.305</u>	<u>402.261</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	127.515	86.092
Aluguéis	10.488	9.545
	<u>138.003</u>	<u>95.637</u>
Remuneração de capitais próprios		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

Juros sobre capital próprio	45.452	36.356
Dividendos propostos	224.720	284.523
Lucros retidos	<u>14.220</u>	<u>49</u>
	<u>284.392</u>	<u>320.928</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>866.857</u></u>	<u><u>897.194</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês. Ambos os prazos previstos foram integralmente cumpridos na forma do contrato de concessão.
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.11 e 14).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede é em Barcelona - Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Companhia em 15 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em consonância com os requerimentos do CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
 - (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são recinhecidos pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.8 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.10 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 13).

2.11 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços ou prazo do contrato, dos dois o menor.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 14).

2.12 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2015.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.20 Reconhecimento de receita

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Serviços de Construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.21 Demonstrações do valor adicionado

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

2.23 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a CEG.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 197.318 (R\$ 217.974 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 68.853 (R\$ 52.713 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	357.617	401.551	306.253
Contas a pagar - assunção de dívida	1.179		
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos e financiamentos	129.804	162.793	441.691
Contas a pagar - assunção de dívida	12.138	1.011	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 820.939, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de dezembro de 2015, indicava uma taxa mediana da Selic em 15,38%. A TJLP estimada é de 7,5%, cenário provável para o ano de 2016.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2015 - %	14,14	14,14	14,14
Dívida líquida - bancos	759.488	759.488	759.488
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2015 - %	15,27	19,09	22,91
Despesa financeira	8.582	37.576	66.569
IR E CS	2.918	12.776	22.633
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	5.664	24.800	43.936

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 31/12/2015 - %	7,00	7,00	7,00
Dívida líquida - BNDES	61.451	61.451	61.451
Taxa TJLP estimada em 31/12/2015 - %	7,50	9,38	11,25
Despesa financeira	307	1.459	2.612
IR E CS	104	496	888
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	203	963	1.724

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	877.579	734.288
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(48.239)	(50.136)
Dívida líquida	829.340	684.152
Total do patrimônio líquido	1.073.910	938.834
Total do capital próprio e de terceiros	1.903.250	1.622.986
Índice de alavancagem financeira - %	43	42

O índice de alavancagem financeira em 2015 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2015 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Contas a receber de clientes	520.668	489.762
Caixa e equivalentes de caixa	48.239	50.136
Depósitos Judiciais	<u>102.941</u>	<u>95.527</u>
	<u>671.848</u>	<u>635.425</u>
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>		
Empréstimos	877.579	734.288
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>371.805</u>	<u>381.974</u>
	<u>1.249.384</u>	<u>1.116.262</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	64	79
Bancos	48.175	23.650
Aplicações	<u>-</u>	<u>26.407</u>
	48.239	50.136

A Companhia fechou o ano de 2015 sem valores aplicados e teve como remuneração a taxa média de 100% do CDI no ano de 2014.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	271.157	254.495
Do setor público	<u>13.077</u>	<u>10.780</u>
	284.234	265.275
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	194.718	215.647
Do setor público	<u>2.600</u>	<u>2.327</u>
	197.318	217.974
Vendas de equipamentos	<u>3.497</u>	<u>6.513</u>
	<u>485.049</u>	<u>489.762</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer		
Faturado	180.019	183.634
Não faturado	197.318	217.974
Vencidas		
Até três meses	59.469	46.497
De três a seis meses	9.384	6.215
Acima de seis meses (a)	<u>38.859</u>	<u>35.442</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

485.049

489.762

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Em 1º de janeiro	35.440	30.583
Provisão para impairment de contas a receber	33.032	26.451
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(29.613)</u>	<u>(21.594)</u>
Em 31 de dezembro	<u>38.859</u>	<u>35.440</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. Em garantia das obrigações assumidas com o fundo de pensão Gasius, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

9 Tributos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros (a)	18.029	15.221
FINSOCIAL (b)	13.800	13.800
ICMS a recuperar (c)	12.935	11.868
Contribuição Social (d)	17.265	1.535
Imposto de renda retido na fonte	<u>3.201</u>	<u>2.669</u>
	<u>65.230</u>	<u>45.093</u>
Circulante	<u>(40.666)</u>	<u>(21.492)</u>
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u>24.564</u>	<u>23.601</u>

- (a) Refere-se, principalmente, a valores estimados de crédito de Pis e Cofins sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do Pis e Cofins é realizado pelo registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a(ii))). Por conservadorismo, a Companhia não está corrigindo os créditos do processo FINSOCIAL.
- (c) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.592 (R\$ 4.140 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 2.171 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.421 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 9.343 classificados no longo prazo, (R\$ 7.728 em 31 de dezembro de 2014) referente, principalmente, a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados até o período a serem utilizados em períodos seguintes.
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social. A variação ocorrida está relacionada com as antecipações mensais feitas com base na Receita Bruta, assim, o aumento nesta base implica no recolhimento maior. Levando-se ainda em consideração a diminuição do resultado tributável em 2015, comparando com o ano de 2014, tivemos uma obrigação menor (menor CSLL a Pagar) e, dessa forma, um saldo maior a compensar em comparação ao período citado. É razoável pressupor que o saldo de 17 milhões será realizado em 2016, haja vista a média anual de recolhimento, superior à 100 milhões/ano e devido a isto entendemos não ser aplicável a classificação entre Curto prazo (CP) e Longo prazo (LP).

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>93.179</u>	<u>93.494</u>
	<u>93.179</u>	<u>93.494</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações de fundo de pensão	51.430	49.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.792	4.870

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para contingências	28.677	30.675
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(4.886)	(3.874)
Fornecedores	7.132	5.450
Outras	6.034	7.034
Ativo não circulante	<u>93.179</u>	<u>93.494</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de ajuste a valor presente	(895)	(853)
Juros e variação monetária Gasius (nota 22)	<u>(3.991)</u>	<u>(3.021)</u>
	<u>(4.886)</u>	<u>(3.874)</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>					
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>
Em 31 de dezembro de 2014	49.339	4.870	30.675	(3.874)	5.450	7.034
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.932	(78)	(1.998)	(1.012)	1.682	(1000)
Creditado (debitado) no Imposto corrente	<u>159</u>					
						<u>159</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>51.430</u>	<u>4.792</u>	<u>28.677</u>	<u>(4.886)</u>	<u>7.132</u>	<u>6.034</u>
						<u>93.179</u>

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	14.001
2017	17.995
2018	17.995
2019	17.995
2020	17.995
2021	3.599
2022	<u>3.599</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

93.179

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	129	186	-	-	6.845
Gás Natural Informática	-	9.859	-	-	3.958
Gás Natural Serviços Integrales	-	-	-	-	476
Gás Fenosa Engineering	-	-	-	397	-
CEG Rio S.A.	1.427	-	-	12.658	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	111	-	-	1.140	-
Gás Natural Serviços S.A.	33	-	-	255	-
Gás Natural do Brasil S.A.	2	-	-	16	376
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 18)		26.972	38.719		
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.702</u>	<u>37.017</u>	<u>38.719</u>	<u>14.466</u>	<u>11.655</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>2.002</u>	<u>58.023</u>	<u>65.400</u>	<u>13.192</u>	<u>10.767</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e encargos	5.389	4.566
Honorários de diretoria	3.882	3.726
Participação nos lucros	1.302	1.055

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Planos de aposentadoria e pensão	160	130
Outros benefícios	898	997
	<u>11.631</u>	<u>10.476</u>

12 Demais contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamentos a funcionários	534	483
Cartões corporativos	306	203
Outros devedores (i)	<u>1.921</u>	<u>16.780</u>
	2.761	17.466
Circulante	<u>(2.283)</u>	<u>(2.327)</u>
Não circulante	<u>478</u>	<u>15.139</u>

- (i) O saldo remanescente, no ano de 2014, registrado no ativo não circulante referente ao auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,7 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. Este contas a receber foi baixado uma vez que a Companhia logrou êxito em ação judicial no mês de maio de 2015 e foi ressarcida dos valores pagos em duplicidade.

13 Depósitos judiciais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ICMS (a)	3.316	2.994
INSS (a)	18.676	18.640
Processo Administrativo - SRF (b)	6.829	6.387
CIDE (c)	11.056	9.814
Penhora Judicial (d)	23.209	19.905
Trabalhistas (e)	28.497	28.894
Outros	<u>11.358</u>	<u>8.893</u>
	<u>102.941</u>	<u>95.527</u>

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 24(a)).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$12.377) e cíveis (R\$10.832). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$4.638).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de Passagem	Software	Contrato de concessão	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desen- volvimento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2014	-	751	10.766	1.220.452	1.231.969	158.872	4.028	1.394.869
Aquisição	152.490	-	4.029	40.905	197.424	167.594	17.532	382.550
Baixa líquida	-	-	-	(10)	(10)	-	-	(10)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	149.464	149.464	(149.464)	(4.029)	(4.029)
Amortização	-	(147)	(3.983)	(63.330)	(67.460)	-	-	(67.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Custo total	152.490	3.627	81.735	2.178.467	2.416.319	177.001	17.531	2.610.851
Amortização acumulada	-	(3.023)	(70.923)	(830.986)	(904.932)	-	-	(904.933)
Valor residual	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Saldos em 1 de janeiro de 2015	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Aquisição	-	-	2.772	33.209	35.981	212.719	16.448	265.148
Ajuste a valor presente	(15.755)	-	-	-	(15.755)	-	-	(15.755)
Baixa líquida	-	-	-	(41)	(41)	-	-	(41)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	136.742	136.742	(136.742)	-	-
Amortização	(9.058)	(147)	(3.565)	(71.609)	(84.379)	-	-	(84.379)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	127.677	457	10.019	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Custo total	152.490	3.627	84.507	2.348.378	2.589.001	252.978	33.979	2.875.958
Amortização acumulada	(9.058)	(3.170)	(74.488)	(902.595)	(989.311)	-	-	(989.312)
Valor residual	143.432	457	10.019	1.445.783	1.599.691	252.978	33.979	1.886.646
Taxas anuais de amortização (%)	8	5 e 6,7	20	-	-	-	-	-

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 a 2ª parcela paga em 23/12/2015 e a terceira está prevista para pagamento em 30/12/2016. O valor da 3ª parcela está reconhecida no passivo circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização do valor total da Concessão se dará por 151 meses com início em 01/01/2015. A Companhia vem realizando a contabilização do ajuste ao valor presente no ativo e passivo, com reconhecimento de despesa financeira no passivo para recompor o valor nominal.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contrato de concessão em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2014	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452
Aquisição				1.580	4.050	4.711	1.705	23.359	5.500	40.905
Baixa líquida				-				(10)		(10)
Transferência para intangível em operação		702						148.762		149.464
Amortização		(515)	(86)	(2.909)	(898)	(701)	(1.294)	(55.282)	(1.644)	(63.330)
Ajustes										-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Custo total	1.890	32.221	11.569	112.437	27.221	16.994	16.878	1.949.985	9.270	2.178.467
Depreciação acumulada	-	(25.264)	(9.833)	(96.088)	(21.338)	(8.866)	(11.614)	(654.537)	(3.446)	(830.986)
Ajuste										
Valor contábil atual	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Saldos em 1 de janeiro de 2015	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Aquisição		-		1.699	757	1.245	1.411	27.489	610	33.209
Baixa líquida				(0)				(41)		(41)
Transferência para intangível em operação		2.280						134.462		136.742
Amortização		(591)	(85)	(2.987)	(1.538)	(1.072)	(1.598)	(61.126)	(2.612)	(71.609)
Ajustes				(1)	1				(1)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Custo total	1.890	34.501	11.569	114.135	27.979	18.239	18.289	2.111.895	9.879	2.348.378
Depreciação acumulada	-	(25.855)	(9.918)	(99.075)	(22.876)	(9.938)	(13.212)	(715.663)	(6.058)	(902.595)
Ajuste										
Valor contábil atual	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 22.022 (R\$ 11.791 em 31 de dezembro de 2014) à taxa média de 14,34% (11,68% em 31 de dezembro de 2014).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2014	29.330	46.220	-	75.550
Aquisição				-
Amortização	(14.363)	(17.476)		(31.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.967	28.744	0	43.711
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(222.752)	(172.176)	(1.109)	(396.037)
Valor residual	14.967	28.744	-	43.711
Saldos em 1 de janeiro de 2015	14.967	28.744	0	43.711
Aquisição				-
Amortização	(9.872)	(14.322)		(24.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.095	14.422	0	19.517
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(232.624)	(186.498)	(1.109)	(420.231)
Valor residual	5.095	14.422	0	19.517
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufaturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

16 Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
De gás	243.448	263.279
De materiais	13.988	9.147
De serviços	<u>50.324</u>	<u>58.139</u>
	<u>307.760</u>	<u>330.565</u>

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	65.691	122.845
Linhas de crédito	<u>811.888</u>	<u>611.443</u>
	<u>877.578</u>	<u>734.288</u>
Total do passivo		
Circulante	333.834	129.804
Não circulante	<u>543.744</u>	<u>604.484</u>
	<u>877.578</u>	<u>734.288</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

			<u>2015</u>	<u>2014</u>		
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	69.961	310.000	11.282	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi						
UFJ Brasil S.A.		100%	110.750		1.882	80.000
Banco Nacional de						
Desenvolvimento						
Econômico e Social – BNDES	100%		26.972	38.719	57.444	65.400
Banco Santander S.A.		100%	54.590			44.284

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ING Bank	100%	2.873	50.000	52.281	
Banco do Brasil S.A.	100%	68.233	44.800	6.915	104.800
Banco Intesa San Paolo	100%		40.225		
Banco Scotiabank	100%	455	60.000		
Total empréstimos e financiamentos		333.834	543.744	129.804	604.484

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o exercício de 2015 com um custo médio de captação de 104% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2014).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 107% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2015	2014
2016		261.001
2017	326.650	329.231
2018	217.094	14.252
	543.744	604.484

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

18 Concessão a pagar

- (a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 a 2ª parcela paga em 23/12/2015 e a terceira está prevista para pagamento em 30/12/2016. O valor da 3ª parcela está reconhecida no passivo circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização do valor total da Concessão se dará por 151 meses com início em 01/01/2015. A Companhia vem realizando a contabilização do ajuste ao valor presente no ativo e passivo, com reconhecimento de despesa financeira no passivo para recompor o valor nominal.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Tributos a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda a pagar	41.062	65.952
ICMS	11.691	20.124
PIS	1.361	1.138
COFINS	6.335	5.242
Outros	<u>14.723</u>	<u>9.548</u>
	<u>75.172</u>	<u>102.004</u>

20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>		<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>416.200</u>	<u>416.200</u>		<u>472.344</u>	<u>472.344</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(104.050)	(37.458)		(118.086)	(42.511)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:					
Juros sobre o capital próprio	11.363	4.090		9.089	3.272
Adições Permanentes	(4.444)	(1.599)		(2.680)	(965)
Incentivos Fiscais	285			826	
Outros	<u>4</u>	<u>1</u>		<u>(265)</u>	<u>(95)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(96.842)</u>	<u>(34.966)</u>		<u>(111.116)</u>	<u>(40.299)</u>
Alíquota efetiva	<u>23</u>	<u>8</u>		<u>24</u>	<u>9</u>

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,80%
Outros (e ações em tesouraria)	0,22%
	<u>100,00</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício de 2014 não foi constituída a reserva de expansão porém, em 2015 conforme definido pela AGOE de 28 de abril de 2015 foi transferido da conta de dividendo adicional proposto para a conta de reserva de expansão o valor de R\$ 160.440. Ademais, foi utilizado da conta de reserva de expansão o valor de R\$ 80.244 para aumento de capital definido na mesma AGOE.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	284.392	320.928
Constituição da reserva legal	<u>(14.220)</u>	<u>(49)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>270.172</u>	<u>320.879</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>73.758</u>	<u>85.191</u>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	45.453	36.356
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	28.305	48.835
Destinação a aprovar	<u>196.414</u>	<u>235.688</u>
Total	<u>270.172</u>	<u>320.879</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>100</u>	<u>100</u>

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2015 aprovou a seguinte distribuição de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014: R\$ 49 em forma de reserva legal, R\$ 36.356 em forma de JCP, 124.082 em forma de dividendos e 160.440 em forma de reserva de expansão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de Dezembro de 2015, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros à longo prazo - TJLP a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$ 45.453.

22 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	57	65
Inativos	<u>1.053</u>	<u>1.066</u>
	<u>1.110</u>	<u>1.131</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual. As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base para atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela empresa, totalizaram:

	2015	2014
Fundo de pensão (Gasius)	2.099	2.040
Assistência médica	5.991	5.097
	<u>8.090</u>	<u>7.137</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2015	2014
Plano de benefícios – GASIUS	1.122	13.149
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.203	6.106
Prêmio aposentadoria	1.994	2.285
Assistência médica para aposentados	96.882	95.352
	<u>105.201</u>	<u>116.893</u>
Circulante	(1.122)	(12.138)
Não circulante	<u>104.079</u>	<u>104.755</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	116.892	136.400
Custo do serviço corrente	(875)	(653)
Juros sobre obrigações atuariais	48.499	47.949
Rendimento esperado dos ativos do plano	(36.480)	(40.225)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(965)	(10.531)
Benefícios pagos	(1.644)	3.366
Contribuições de patrocinadores	(8.200)	(9.747)
Pagamentos confissão de dívida	(12.912)	(10.892)
Juros confissão de dívida	887	1.223
Em 31 de dezembro	<u>105.202</u>	<u>116.893</u>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benéf. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2013	323.232	6.205	2.239	104.175
Custo do serviço corrente	(1.649)		73	924

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Juros sobre obrigações atuariais	35.520	659	198	11.574
Contribuições participantes	2.123			
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	(5.336)	184	(225)	(15.936)
Benefícios pagos	<u>(26.366)</u>	<u>(942)</u>		<u>(5.385)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	327.524	6.106	2.285	95.352
Custo do serviço corrente	(1.826)		73	878
Juros sobre obrigações atuariais	36.782	664	201	10.852
Contribuições participantes	499			
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	(25.261)	(783)	(565)	(2.709)
Benefícios pagos	<u>(26.784)</u>	<u>(784)</u>		<u>(7.491)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>310.934</u>	<u>5.203</u>	<u>1.994</u>	<u>96.882</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2013	356.053	-
Rendimento esperado	40.225	-
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(10.518)	-
Contribuições da patrocinadora	13.900	5.369
Contribuições dos participantes	2.123	-
Benefícios pagos	<u>(26.366)</u>	<u>(5.369)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	375.417	-
Rendimento esperado	43.424	-
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(34.564)	-
Contribuições da patrocinadora	14.994	(7.491)
Contribuições dos participantes	499	-
Benefícios pagos	<u>(26.783)</u>	<u>(7.491)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>372.987</u>	<u>-</u>

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	207.359
Fundos de investimento de renda fixa	73.273
Títulos privados	<u>7.764</u>
	288.396
Títulos de renda variável	47.500
Investimento imobiliário	37.295
Outros ativos	4.756
	<u>377.947</u>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	310.935	327.524
Valor justo dos ativos do plano	<u>(372.987)</u>	<u>(375.417)</u>
Superavit	(62.052)	(47.894)
Limite assunção de dívida (*)	62.052	47.894
Assunção de dívida GASIUS	<u>1.122</u>	<u>13.149</u>
Passivo líquido	<u>1.122</u>	<u>13.149</u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>5.203</u>	<u>6.106</u>
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>1.994</u>	<u>2.285</u>
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>96.882</u>	<u>95.352</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	<u>Plano de benefícios GASIUS</u>	<u>Benef. Esp. de aposent. (plano 90)</u>	<u>Prêmio aposentadoria</u>	<u>Assistência médica para aposentados</u>	<u>Total</u>
Custo do serviço corrente	-1.649		73	924	-652
Juros sobre obrigações atuariais	-36.480	659	196	11.574	-24.051
Rendimento esperado dos ativos do plano	35.520				35.520
	<u>-2.609</u>	<u>659</u>	<u>269</u>	<u>12.498</u>	<u>10.817</u>
Resultado abrangente	<u>5.182</u>	<u>185</u>	<u>-225</u>	<u>-15.935</u>	<u>-10.793</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2015 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%
As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:		
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto		5,9% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos		N/A.
Crescimentos salariais futuros		2,1%a.a.
Inflação		5,5.a.a.
Fator de capacidade		
Salários		98%
Benefícios		98%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade		AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos		IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez		Álvaro Vindas

23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2015	2014
Trabalhistas	30.916	35.668
Cíveis	31.377	32.711
Tributárias	13.515	9.814
	75.808	78.193

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014

78.193

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adições	10.381
Baixas/reversões	(20.501)
Atualizações monetárias	<u>7.736</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>75.808</u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.056 (R\$ 9.814 em 31 de dezembro de 2014) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Existem ainda R\$ 2.459 (R\$ 2.615 em dezembro de 2014) referentes a honorários de êxito provenientes, principalmente, do processo FINSOCIAL.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Esfera		
Federal	<u>13.515</u>	<u>9.814</u>
	<u>13.515</u>	<u>9.814</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 210.744 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 179.153 em 31 de dezembro de 2014). Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 14.148 (R\$ 14.320 em 31 de dezembro de 2014).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.768 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2014).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.288 (R\$ 10.706 em 31 de dezembro de 2014).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 124.285 (R\$ 119.059 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 405.476 (R\$ 386.314 em 31 de dezembro de 2014) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	55	72
Ex-empregados terceiros	767	881
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>43</u>	<u>43</u>
	<u>865</u>	<u>996</u>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ex-empregados CEG	6.889	6.237
Ex-empregados terceiros	<u>24.026</u>	<u>29.431</u>
	<u>30.915</u>	<u>35.668</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2015 R\$ 58.603 (R\$ 55.850 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 9.231, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 2.041. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda possível no montante de R\$ 20.105 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (861.587 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (11.240 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shoppincenters e hotéis), industrial (306 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada nos períodos de 2015 e 2014:

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil (Não auditado)	98.195	80.942	494.346	2.100.207	697.827			3.471.517
Receita Bruta	591.027	228.711	720.602	1.454.860	951.652	209.258	114.650	4.270.760
Deduções	(124.466)	(48.809)	(141.691)	(8.038)	(205.973)		(13.692)	(542.669)
Receita Líquida	466.561	179.902	578.911	1.446.822	745.679	209.258	100.958	3.728.091
Custo	(74.031)	(68.302)	(443.711)	(1.370.883)	(632.305)	(209.258)	(2.417)	(2.800.907)
Resultado Bruto	392.530	111.600	135.200	75.939	113.374	-	98.541	927.184
Despesas/Receitas Operacionais								(510.984)
Resultado antes da Tributação								416.200
Provisão p/IR e Contribuição social								(131.808)
Lucro/Prejuízo do Período								284.392

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil (Não auditado)	111.158	88.952	554.781	2.435.773	774.823			3.965.487
Receita Bruta	579.734	214.693	695.617	1.396.107	890.460	165.418	102.309	4.044.338
Deduções	(122.531)	(45.865)	(141.188)	(6.981)	(192.729)		(10.940)	(520.234)
Receita Líquida	457.203	168.828	554.429	1.389.126	697.731	165.418	91.369	3.524.104
Custo	(63.269)	(57.259)	(418.940)	(1.311.800)	(583.367)	(165.418)	(1.896)	(2.601.949)
Resultado Bruto	393.934	111.569	135.489	77.326	114.364	-	89.473	922.155
Despesas/Receitas Operacionais								(449.810)
Resultado antes da Tributação								472.344
Provisão p/IR e Contribuição social								(151.416)
Lucro/Prejuízo do Período								320.928

As variações sobre a receita de um ano para o outro são impactadas pelas alterações de volume e pela aplicação do IGP-M de um ano com relação ao outro. De acordo com o contrato de concessão a Companhia tem direito a aplicar o IGP-M de dezembro de 2013 a novembro de 2014 a corrigir as faturas a partir de janeiro do ano seguinte, neste caso 2015.

Como comentário adicional, especificamente mercado termelétrico, os contratos existentes com as referidas termelétricas incentivam o maior despacho termelétrica, pois na medida em que se aumenta os volumes despachados a tarifa unitária é menor e consequentemente o inverso é verdadeiro.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de serviços	107.374	96.448
Receitas de serviços taxados	5.647	5.344
Receita de aluguéis	865	516
	<u>113.886</u>	<u>102.308</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

25 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da Receita Líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Venda de gás	3.946.087	3.776.610
Contratos de construção	209.258	165.418
Outras receitas	114.650	102.309
Total receita bruta	4.269.995	4.044.337
 (-) Deduções da receita Bruta	 (541.903)	 (520.233)
 Receita líquida	 <u>3.728.091</u>	 <u>3.524.104</u>

26 Custo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Compra de gás e de serviços	2.572.045	2.418.579
Custo dos contratos de construção	209.258	165.418
Custo de pessoal	19.604	17.952
	<u>2.800.907</u>	<u>2.601.949</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Compromissos e contingências

27.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foi acordado a possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais – QDCs a partir de 1º de junho de 2015.

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso *Take or Pay(ToP)* para o ano de 2015 a 2019.

Ao final do 4º trimestre de 2015, com os dados reais apurados até o encerramento do ano vigente, não houve pagamento de ToP no final do ano.

27.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 mil (moeda dez/11, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até dez/15 62% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

27.3 Revisão tarifária

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a AGENERSA determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de 2,85%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

27.4 Recebimento antecipado UTE Baixada Fluminense

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas sendo a última vencível em 5 de novembro de 2013.

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Os créditos foram utilizados e finalizados em agosto de 2015.

Por estar classificado como demais contas a pagar, houve variação significativa neste grupo de contas em 2015 frente a 2014 uma vez que todos os créditos (19.819 em 2014) foram utilizados no ano de 2015.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Despesas Gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa de pessoal	82.455	74.636
Entidade de previdência privada	2.829	4.860
Utilidades, materiais e serviços	24.398	20.401
Amortização do intangível	113.437	103.496
Serviços e outros gastos	<u>170.170</u>	<u>161.090</u>
	<u>393.289</u>	<u>364.483</u>

29 Outras receitas (despesas) líquidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ganho na venda de equipamentos	135	19
Impostos e taxas (a)	(1.145)	(7.724)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	(57)	68
Indenização a terceiros	(11.508)	(12.876)
Despesa com impostos	(2.567)	(3.670)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(1.134)</u>	<u>(1.983)</u>
	<u>(16.276)</u>	<u>(26.166)</u>

(a) Em maio de 2014 ocorreu o último pagamento da taxa de uso de subsolo a Prefeitura do Rio de Janeiro devido a decisão favorável a Companhia proferida pelo STJD pela ilegalidade de sua cobrança. Devido a isto, ocorreu uma variação significativa entre os anos de 2015 e 2014.

30 Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.731	1.228
Atualizações monetárias e cambiais ativas	9.460	11.822
Receita de juros e encargos	10.690	9.432
Outras receitas financeiras	<u>3.215</u>	<u>4.448</u>
	<u>26.096</u>	<u>26.930</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão (a)	(10.934)	(296)
Encargos de empréstimo (Juros)	(79.694)	(45.294)
IOF	(4.029)	(1.612)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(11.917)	(14.697)
Fiança bancária	(18.796)	(20.594)
Outras despesas financeiras	<u>(2.146)</u>	<u>(3.599)</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(127.516)	(86.092)
<u>(101.421)</u>	<u>(59.162)</u>

- (a) Em 2015 houve o reconhecimento de despesa financeira relacionada ao AVP do aditivo ao contrato de concessão. Devido a isto, ocorreu variação significativa entre os anos de 2015 e 2014.

31 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais
	Importâncias seguradas (não auditado)
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000
(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.	

* * *